

HABEAS CORPUS Nº 570.695 - MG (2020/0079978-2)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : JOSE LUIZ SAVINO FILO
ADVOGADO : JOSE LUIZ SAVINO FILO - MG025407
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : LEONARDO BURATO (PRESO)
PACIENTE : GUSTAVO CESAR BURATO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em face de acórdão assim ementado (fl. 34):

EMENTA: HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE DROGAS - ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO - POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO - EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA - QUESTÃO SUPERADA - INSTRUÇÃO ENCERRADA - SÚMULA N. 52 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. O prazo para a formação da culpa não pode constituir-se numa simples soma aritmética do tempo ideal para cada ato processual, devendo ser avaliado, cotejado e submetido às particularidades do caso concreto. Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo, nos termos da Súmula nº 52 do Superior Tribunal de Justiça.

Consta dos autos que os pacientes foram presos em flagrante, custódia convertida em preventiva pela prática dos delitos previstos nos arts. 33 e 35 da Lei 11.343/2006 e art. 12 da Lei 10. 826/2003.

Impetrado prévio *writ*, o Tribunal de origem denegou a ordem.

Neste, alega a defesa, em síntese, constrangimento ilegal diante do excesso de prazo para a prolação da sentença. Ressalta, ainda, as condições pessoais favoráveis dos pacientes.

Requer, assim, liminarmente e no mérito, seja revogada a prisão preventiva, ou sejam aplicadas medidas cautelares diversas da prisão.

Na origem, os autos do processo 0041813-46.2019.8.13.0699, oriundo da 1ª Vara Criminal de Ubá/MG, encontram-se conclusos para julgamento, conforme informações processuais eletrônicas disponíveis em 2/4/2020.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se evidente constrangimento ilegal.

Superior Tribunal de Justiça

Com relação aos prazos consignados na lei processual, deve atentar o julgador às peculiaridades de cada ação criminal. Com efeito, uníssona é a jurisprudência no sentido de que a ilegalidade da prisão por excesso de prazo só pode ser reconhecida quando a demora for injustificada, impondo-se adoção de critérios de razoabilidade no exame da ocorrência de indevida coação.

Na hipótese, ao menos em cognição sumária, não se detecta manifesta ilegalidade apta a ensejar o deferimento da medida de urgência, pois, se faz necessário exame circunstancial do prazo de duração do processo.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações, em especial o andamento detalhado da ação penal.

Após, ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator